

GT 09: INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA, JUVENTUDE E DIREITOS HUMANOS

RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL NA ASSISTÊNCIA À CRIANÇA, ADOLESCENTE E JOVEM E A FRAGILIDADE NA EFETIVAÇÃO DO DIREITO¹

Autora: Katia Simone Alves Pintor² – UFPB

Email: katiapintor@hotmail.com

Co-Autora: Maria de Fátima Melo do Nascimento³ – UFPB

Email: fatmelo@uol.com.br

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo investigar ações de Responsabilidade Social Empresarial – RSE – de caráter assistencial, destinadas a crianças, adolescentes e jovens. Para esse fim, foram observadas quatro experiências de RSE que atuam na Região Metropolitana do Recife. Essa pesquisa classifica-se como qualitativa. Utiliza documentos a fim de identificar a relação estabelecida entre RSE e políticas sociais. Também foram realizadas doze entrevistas com cinco técnicos sociais e sete gestores, sendo, estes últimos, dois dirigentes e cinco coordenadores. Desenvolve o debate conceitual acerca do Estado e sociedade civil e da reconstrução dos fatos históricos para a constituição das políticas sociais – como instrumento de intervenção estatal no trato às expressões da ‘questão social’, da responsabilidade social empresarial, e das políticas voltadas à criança e ao adolescente.

Palavras-chave: Política social. Relação Estado/sociedade civil. Responsabilidade social empresarial. Criança e adolescente.

¹ Artigo construído a partir do resultado de pesquisa de mestrado em serviço social na UFPB.

² Mestra em Serviço Social (UFPB), Especialista em Políticas Pública (UFPE), Graduada em Ciências Sociais (UFPE), atua e é militante na área dos direitos humanos há mais de 20 (vinte) anos, principalmente na área de infância, juventude e mulheres.

³ Professora Dr^a Associado IV do Programa de Pós-graduação em Serviço Social e do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

INTRODUÇÃO

Nesse trabalho, apreende-se a relação entre Estado e Sociedade Civil na execução das políticas sociais – a partir da década de 1990 – no contexto neoliberal de reestruturação produtiva e reforma do Estado. Objetiva-se analisar ações de Responsabilidade Social Empresarial – RSE – de caráter assistencial, destinadas a crianças, adolescentes e jovens. Para esse fim, foram pesquisadas quatro experiências de RSE que atuam na Região Metropolitana do Recife e são associadas a um instituto de fomento à prática da responsabilidade social empresarial, no Estado de Pernambuco.

Compreende-se o conceito gramsciano de Estado como “*equilíbrio entre sociedade política e sociedade civil* (ou hegemonia de um grupo social sobre a inteira sociedade nacional, exercida através de organizações ditas privadas, como a Igreja, os sindicatos, etc)” (*apud* COUTINHO, 2007, p.126 e 127 grifos do autor). Por sociedade civil, “o lugar em que se dá a formação do poder ideológico distinto do poder político, integrando uma noção ampliada de Estado”, segundo Gramsci (*apud* CORREIA, 2004, p.162).

A partir da relação entre Estado e sociedade civil que as políticas sociais se fundam e organizam. E pelo conceito de política social, compreendemos como a “intervenção estatal contínua, sistemática e estratégica sobre as sequelas da ‘questão social’ que oferece o paradigma da indissociabilidade de funções econômicas e políticas” (NETTO, 2011, p.30).

No contexto da inserção cada vez maior da sociedade civil na implementação das políticas sociais, a responsabilidade social empresarial é fomentada. Concordamos com César quanto ao conceito de Responsabilidade Social Empresarial como “ações desenvolvidas por empresas em diversas áreas, tais como social, ambiental, cultural, esportiva, e que cumpre um papel ideológico funcional aos interesses do capital” (CESAR, 2008). Essas concepções, acima citadas, permearão toda a análise e discussão nesse estudo.

POLÍTICAS SOCIAIS BRASILEIRAS NO CONTEXTO DO NEOLIBERALISMO

O surgimento das políticas sociais está relacionado com a revolução industrial, o avanço do capitalismo, as lutas de classe e a intervenção do Estado. O capitalismo se fundamenta nas relações de exploração do capital sobre o trabalho, gestando a questão social e suas variadas expressões, destacando-se a pobreza. Como forma de enfrentamento às manifestações da questão social, o Estado cria os padrões de proteção social e as políticas sociais – como primeiras respostas às lutas da classe trabalhadora. Compreende-se a questão social como “A

manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, que passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão” (IAMAMOTO e CARVALHO, 2009, p. 77).

O capitalismo monopolista passa a demandar mecanismos de intervenção extraeconômicos, para a sua contínua expansão. Daí a importância do Estado para executar esse tipo de ação, garantindo o sucesso do capital monopólico.

O peso destas políticas é evidente, no sentido de assegurar as condições adequadas ao desenvolvimento monopolista. E, no nível estritamente político, elas operam como um vigoroso suporte da ordem sócio-política: oferecem um mínimo de respaldo efetivo à imagem do Estado como “social”, como mediador de interesses conflitantes (NETTO, 2011, p.31).

Considerada também fruto da capacidade organizativa e reivindicatória da classe trabalhadora, as políticas sociais resultam sempre dos conflitos e disputas políticas entre grupos de interesses divergentes. Em Gramsci (2012), o consenso não exclui o conflito e o antagonismo entre as classes sociais. Para o autor, poder é considerado relação de força e a classe social hegemônica (re)cria formas de manutenção de controle. A partir do regime de *acumulação flexível*⁴, aprofundado na década de 1990, as exigências e imposições do capital expressam-se em um conjunto de medidas econômicas, políticas e sociais.

A transformação político-econômica do capitalismo do final do século XX, para o processo de acumulação flexível, demandava uma materialização do regime de acumulação (Harvey,2009). Esse regime toma a forma de hábitos, normas, leis, redes de regulamentação que garantam a unidade do processo de transformação. Esse corpo de regras e processos sociais tem o nome de modo de regulação⁵ e deriva da necessidade de exercer cada vez mais controle sobre o emprego da força de trabalho. Fundamentado em Gramsci⁶, o autor indica que os novos métodos de trabalho “são inseparáveis de um modo específico de viver, pensar e sentir a vida” (HARVEY, 2009, P.121).

No caso brasileiro, a expansão do capital monopolista ocorreu mantendo a dominação imperialista, de um lado, e, de outro, a desigualdade social interna do país, acentuando, desse modo, as disparidades econômicas, sociais e regionais, sob os pilares do regime autoritário. As manifestações da questão social tornam-se objeto de ações de filantropia que acompanham a ‘privatização’ da política social. No período pós-1970, a implementação dessas ações passa a

⁴Alcançar o máximo de produtividade da força de trabalho com o mínimo de custo.

⁵Conceito que o autor absorve do economista e parlamentar francês, Lipietz (HARVEY, 2009).

⁶Análise de Gramsci sobre americanismo e fordismo.

ser delegada a organismos privados da sociedade civil, acentuando-se nos anos 1990 – de conjuntura neoliberal.

Em meio ao contexto dos avanços na conquista dos direitos constitucionais, no início da década de 1990, propagava-se em todo país uma grande campanha em torno das reformas, anunciadas necessárias. Os problemas no âmbito do Estado brasileiro eram apontados como causas centrais da profunda crise econômica e social vivida pelo país desde o início dos anos 1980.

Novos parâmetros de intervenção na “questão social” são definidos a partir da mudança dos papéis das referidas instâncias. Ao Estado coube a restrição e limitação da sua responsabilidade na “questão social”. Ao passo que se ampliou o papel do setor privado, através do terceiro setor, admitido como integrante de uma rede de solidariedade, conferindo-lhes um papel de responsabilidade em torno das ações nas áreas sociais.

Entretanto, segundo Montaño e Duriguetto (2011), as inovações promovidas pela reestruturação produtiva trouxeram prejuízos às conquistas dos direitos sociais. O receituário neoliberal determina ao Estado a redefinição das suas funções. Nesse contexto, as formulações das políticas sociais foram moldadas pela lógica de adaptação.

É essa perspectiva que vem determinando as tendências das políticas sociais no Brasil, em oposição à universalização e a integração com as outras esferas da seguridade social, passando a ser centralizadas em programas sociais, emergenciais e seletivos – e muitas vezes oferecidos pela esfera privada – enquanto estratégias de combate à pobreza. “prevalecendo o trinômio articulado do ideário neoliberal para as políticas sociais: a *privatização, a focalização e a descentralização*” (BEHRING e BOSCHETTI, 2011, p. 156, grifos das autoras).

Assiste-se em toda a década de 1990 à desregulamentação da Constituição Federal de 1988, num ataque à agenda universalista prevista. Esse processo de desresponsabilização do Estado explica o retorno às entidades privadas sem fins lucrativos e até as empresas como agentes das políticas sociais, através da Responsabilidade Social Empresarial - RSE. Yazbek (2010) denomina todo esse processo como refilantropização das políticas sociais,

Para Faria e Sauerbronn (2008), a RSE caracteriza-se com três fases. A primeira se situa desde o início do século XX até a década de 1960, no qual era associado à obrigação de produzir bens e serviços úteis, gerar lucros, criar empregos e garantir a segurança no ambiente de trabalho. A segunda fase, situada entre as décadas de 1960 e 1980, é contextualizada pela necessidade das empresas se defenderem de diversas críticas em meio às grandes mobilizações dos movimentos sociais no mundo. A terceira fase, data do fim da década de 1980 até os dias atuais. Caracteriza-se pela explosão de atividades na área de responsabilidade social

empresarial. Situa-se no contexto histórico da política neoliberal. O grande poder dessas empresas, junto com a necessidade de abafar escândalos dos processos de produção, provocou a alta da RSE.

O período entre os anos 1990 e início dos anos 2000 pode ser considerado de consolidação da responsabilidade social, a partir do surgimento de várias iniciativas de ampliação e fortalecimento dessa prática, como exemplos do Pacto Global pelas Nações Unidas de 1999, e a publicação em 2001 do Livro Verde da União Europeia (Dias, 2012).

A nova norma de responsabilidade social (ISO 26000) foi lançada em 2010 na Suíça. No processo de construção participaram 91 países e 42 organizações de normatização, sob a coordenação das entidades do Brasil e Suécia (*ibidem*). Essa é uma demonstração do relevante nível de envolvimento do Brasil no fomento às ações de Responsabilidade Social Empresarial como política pública na atualidade.

Foi realizada pesquisa em 2009 – por parte da organização Business Social Responsibility (BSR), em sete países, entre eles o Brasil – no sentido de entender os esforços governamentais, no desenvolvimento de projetos de políticas públicas que promovem e estimulam a RSE. Apontou como conclusão que “*tanto a empresa, em particular, como o setor privado de modo geral estão em posição de influenciar os governos e suas políticas relacionadas com a RS*” (DIAS, 2012, p.167). Esses resultados convergem com a concepção gramsciana da relação entre Estado e sociedade civil permeado de conflitos e disputa de interesses, na qual a classe dominante busca constantemente formas para a conservação de sua hegemonia.

A institucionalização da prática filantrópica de empresas no Brasil é “anterior à grande visibilidade que a campanha pela RSE passou a ter” (GARCIA, 2004, p.8). A RSE alcança maior evidência nos anos 1990, em contexto de recente reconhecimento dos direitos sociais simultaneamente aos ajustes fiscais da “contrarreforma” do Estado brasileiro (BEHRING, 2003). A explosão dessa prática no Brasil ocorreu em meio à constituição de várias instituições promotoras da Responsabilidade Social. No campo da assistência à criança, destaca-se a Fundação Abrinq, criada em 1990, o Instituto C&A, criado em 1991.

As políticas neoliberais e suas consequências, tais como a contrarreforma do Estado, favoreceu a inserção da sociedade civil na responsabilidade do enfrentamento à ‘questão social’, através do discurso da parceria junto ao Estado. Beghin (2005) ressalta que as empresas vêm buscando alcançar – também no Brasil – legitimização social, através do discurso de enfrentamento dos ‘problemas’ sociais produzidos pela “crise”. Outro aspecto da adoção da responsabilidade social seria a valorização do consumidor em detrimento do cidadão, pois

oportuniza mais centralidade ao mercado: “apropriando-se de novas reivindicações oriundas da sociedade por um consumo consciente, ou solidário, ou sustentável” (BEGHIN, 2005, p. 57). Embora haja de fato um componente mercadológico importante nessa ação, há uma questão maior e de efeitos mais fortes sobre a sociedade como um todo.

As múltiplas manifestações da questão social, sob a órbita do capital, tornam-se objeto de ações filantrópicas e de benemerência e de ‘programas focalizados de combate à pobreza’, que acompanham a mais ampla privatização da política social pública (IAMAMOTO, 2009, p.36).

Isso corrobora com a ideia da sociedade civil contemporânea de buscar formas de intervir na área social, fundamentada no discurso de fortalecimento da ‘cidadania’ e ‘justiça social’, frente aos limites gerenciais e financeiros do Estado. Desenvolve-se um processo de despolitização, nesse procedimento no qual o Estado se desresponsabiliza e a sociedade civil progressivamente se responsabiliza pela implementação de políticas sociais. Estas passam a ser confiadas a organismos privados da sociedade civil, o chamado ‘terceiro setor’, o que apresenta como consequência o enfraquecimento da política social na perspectiva do direito.

No Brasil, a pesquisa Ação Social das Empresas, realizada entre 1999 e 2003 buscou traçar o primeiro perfil do envolvimento empresarial dessas ações. Os resultados foram publicados sob o título: A Iniciativa Privada e o Espírito Públíco⁷, sob coordenação de Peliano⁸. Foram pesquisadas 782 mil empresas. Destas, 59%⁹ declararam realizar algum tipo de ação social para a comunidade.

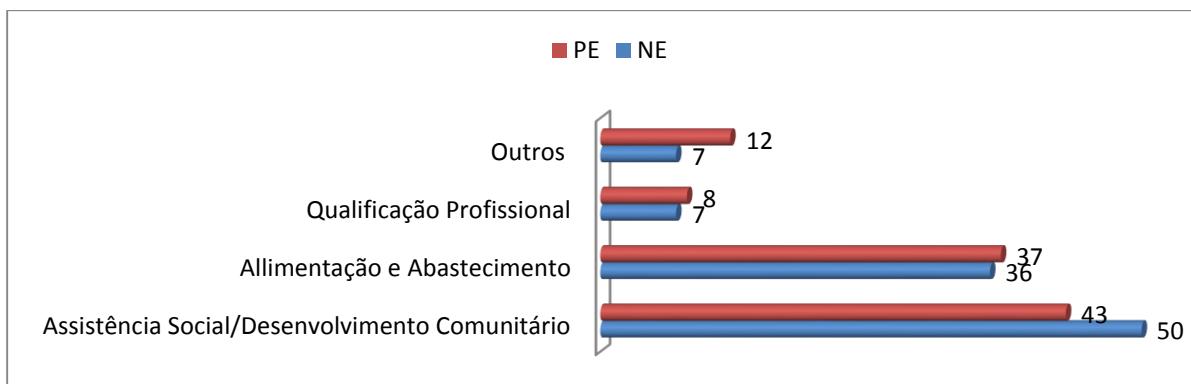
Das ações de responsabilidade social empresarial, nesse período, as atividades de assistência social eram as mais executadas no Brasil. Das empresas que efetuavam ações em comunidades de baixa renda, 54% realizavam ou apoiavam ações assistenciais (Peliano e Beghim, 2003). Particularmente no Nordeste, muitos empresários não distinguiam as atividades de caráter assistencial das de desenvolvimento comunitário e mobilização social, segundo Peliano e Beghim (2003). Assim, ao serem reunidas as duas áreas, verifica-se que, nessa região, metade das empresas realizava ações de assistência social e desenvolvimento comunitário.

Gráfico 1: Principais Ações Desenvolvidas pelas Empresas na região Nordeste e no Estado Pernambuco, de 1999 – 2001

⁷Essa pesquisa foi realizada pelo IPEA, a partir de amostra de empresas privadas lucrativas selecionada no âmbito do universo das que dispunha endereço e CEP no cadastro mantido pelo Ministério do Trabalho e composto pela Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) desse Ministério. Resultou em quatro publicações referentes ao Brasil (2003), e três regiões: Sudeste (2000) Nordeste e Sul (2001).

⁸Ana Maria T. Medeiros Peliano.

⁹Correspondente a 462 (quatrocentas e sessenta e duas) mil empresas.



Fonte: Elaborado pela pesquisadora fundamentada em dados da publicação: Pesquisa ação social das empresas do Nordeste – IPEA/DICOD, 2001 *apud* PELIANO e BEGHIM, 2001.

Nesse período no Brasil, o público preferencial das ações empresariais na área social era formado por crianças e adolescentes. O fato de os empresários nordestinos dedicarem-se prioritariamente à comunidade em geral não exclui a possibilidade de atuarem com crianças e adolescentes dessas comunidades, uma vez que os números nessa região, referentes ao público de crianças e adolescentes atendidos, são superiores comparados aos do Brasil.

No ano de 2010, o IBGE¹⁰ – realizou pesquisa sobre Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil, em conjunto com o IPEA¹¹. Contou com a parceria da Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais – ABONG – e do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas – GIFE. Esse último se define como uma rede de empresas e instituições de ‘Investimento Social Privado’¹², representativa de uma amostra qualificada do envolvimento de RSE com a área social, cultural e ambiental. O GIFE também realizou censo com as instituições a ele associadas¹³, referente à execução das ações nos anos de 2011 e 2012. Esses dois estudos apontam caminhos que a Responsabilidade Social Empresarial tem percorrido recentemente no Brasil e a forma como as instituições executoras dessa ação se organizam na atualidade, o que coincide com os dados das quatro instituições pesquisadas no Recife.

A quantidade de Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil teve um aumento de aproximadamente 180%, em duas décadas. No ano 1990 havia 105 (cento e cinco) mil e em 2010, existia mais de 290 (duzentos e noventa) mil dessas instituições. As

¹⁰ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

¹¹ Material publicado no ano de 2012.

¹² Conceito criado nos anos 2000, pelo GIFE - como desdobramento do conceito de Responsabilidade Social Empresarial. *Investimento social privado* é o repasse voluntário de recursos privados para projetos sociais, ambientais e culturais de interesse público. (Fonte: http://www.gife.org.br/ogife_investimento_social_privado.asp).

¹³ A base de associados saltou das 25 organizações que deram origem ao GIFE, em 1995, para 130 em 2014 (GIFE, 2013).

regiões onde estavam mais concentradas eram o Sudeste com 44,2% e o Nordeste com 22,9% (BRASIL, 2012). No período entre 2006 e 2010, havia em torno de trinta mil instituições denominadas de assistência social, significando 10,5% no Brasil. No Nordeste, destacam-se as instituições de defesa de direitos, com quase 38% (BRASIL, 2012, p.33).

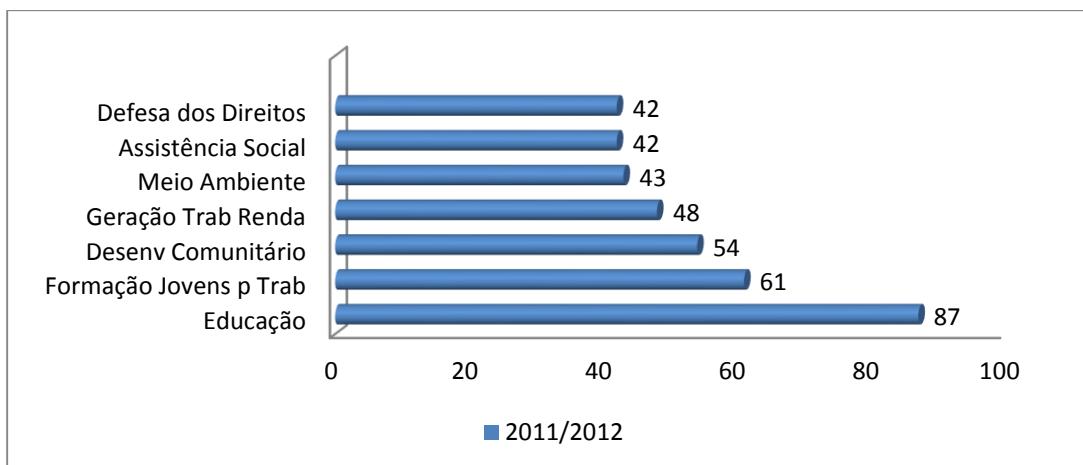
O último censo GIFE demonstra uma evolução no número de associadas, de 25 em 1995, para 143 em 2012, com uma leve queda nesse número no ano de 2013, ficando em 134. Também a permanência de Institutos e Fundações Empresariais em maior proporção. Segundo o relatório desse estudo, a mudança no perfil da rede – com menor presença de empresas – sinaliza tendência desse setor brasileiro à constituição de fundações e institutos como via preferencial para atuação na área social (GIFE, 2013).

Na pesquisa IPEA (2001), a assistência social ocupava o lugar de ação predominante por parte da ação social dos empresários, seguida de ações com foco na alimentação e abastecimento. No Censo GIFE (2013) A área de assistência social diminui de 49%, (censo GIFE/2009) para 42%, mas mantém ainda um significativo percentual. Por outro lado, as áreas de defesa de direitos e desenvolvimento comunitário experimentaram aumento no número de ações no período, chegando a 42% e 53% em 2011/2012, respectivamente, conforme gráfico 2.

Reitera-se, portanto, a informação sobre as Fundações Privadas e Associações sem fins lucrativos, FASFIL (BRASIL, 2012), que indica 52,5% de investimento somando-se as áreas de assistência social, desenvolvimento social/comunitário e defesa dos direitos, no nordeste do Brasil¹⁴.

Gráfico 2: Áreas de investimento 2012 das Associadas GIFE/Brasil

¹⁴O que aponta a possibilidade do investimento em assistência social encontrar-se encoberto pela temática de desenvolvimento social e defesa dos direitos.



Fonte: Elaborado pela pesquisadora fundamentado nos dados censo GIFE 2011 – 2012 (GIFE, 2013, p.36).

O relatório do Censo GIFE (2013) destaca a permanência de crianças e adolescentes como público predominante das ações sociais dos empresários, independente da área a que se destine investimento, semelhante aos dados Peliano e Beghim (2003).

Essa pesquisa de mestrado aponta que as ações de RSE desenvolvidas na Região Metropolitana do Recife, pelas instituições em evidência nesse estudo, situam-se na área de assistência social e desenvolvimento comunitário, com público prioritário de crianças, adolescentes e jovens das comunidades do entorno da instituição e/ou empresa mantenedora. Apresenta-se em consonância com os resultados das pesquisas realizadas anteriormente no Brasil.

As referidas instituições pesquisadas são jurídicas de direito privado e sem fins lucrativos, consideradas “braço social” das empresas mantenedoras. Duas delas são mantidas por centros de compras¹⁵ e foram criadas entre 2002 e 2007 na Região Metropolitana do Recife, com intervalo entre 8 (oito) e 45 (quarenta e cinco) anos da fundação das respectivas empresas mantenedoras. A empresa/instituição que apresenta o maior intervalo de tempo entre a fundação da empresa e da instituição foi criada numa época em que no Brasil a Responsabilidade Social era de cunho individual, dos empresários. Essa era uma incumbência moralista, e não empresarial, além de existir de forma incipiente apenas no sudeste do país. Percebe-se que as empresas fundadas na década de 1990 - período de efervescência do conceito de RSE – demoram menos tempo para criar instituições de desenvolvimento de suas ações de responsabilidade social, o que demonstra a tendência daquele período.

¹⁵ Ou, como é mais conhecido, *Shopping centers*.

Atualmente¹⁶, são variados os fatores que motivam as empresas a continuarem as ações de responsabilidade social - após um período entre nove e doze anos de implantação das instituições de execução de ações sociais. Apenas em uma das instituições pesquisadas, a motivação atual está vinculada exclusivamente aos resultados e transformações dos adolescentes e jovens atendidos. Nas demais, essa motivação se associa a interesses das empresas mantenedoras.

Uma motivação atual apresentada é a exigência do mercado, da concorrência, dos clientes: “hoje qualquer empresa, que queira ter boa visibilidade diante das pessoas, tem que se envolver com questões, ter essa preocupação também com a comunidade em seu entorno”. Outro motivo declarado é a vantagem para a empresa. Investe-se para que os lojistas inseridos em seu empreendimento se beneficiem, e para que possa gerar outros benefícios diretos e indiretos em todos os setores do empreendimento.

Facilita a vida dos lojistas a formação de mão de obra – qualificada e residente próximo à (empresa). Além de economizar o recurso de transporte, pode contar com seus funcionários em período de greve de transporte público, e convocá-los ao trabalho de forma imediata em casos de emergência. Esses fatores motivam os empreendedores a continuarem investindo nessa ação social.

Para outra instituição, as motivações apresentam-se diretamente relacionadas com os jovens durante o processo de aprendizagem: a motivação quanto à inserção desse público no mundo do trabalho, o alto índice de empregabilidade da instituição, o retorno quanto ao bom desempenho dos jovens, por parte das empresas parceiras que os empregam, e o reflexo positivo dessa ação em toda a família dos jovens. Além de experiências de superação em situações difíceis por parte dos jovens, e contribuição da instituição.

Os objetivos apresentados para a execução das ações de responsabilidade social empresarial foram variados, e com concepções divergentes. Observa-se a perspectiva da caridade justificada pela ação insuficiente por parte do Estado: “É ajudar o próximo, não pode esperar pelo governo”. Esse discurso encontra-se carregado da concepção da urgente e necessária inserção da sociedade civil na execução de políticas sociais, devido à inabilidade técnica e, fundamentalmente, financeira do Estado em ser o único responsável.

A contribuição na formação de crianças, adolescentes, jovens e mulheres/comunidade foi mencionada por diversos gestores. No sentido de “oportunizar algumas atividades que essas crianças, adolescentes e jovens não teriam [...] em torno da cultura, da leitura, de ter acesso ao

¹⁶ A partir desse ponto do artigo, há trechos das entrevistas realizadas nessa pesquisa, sem a identificação pessoal, nem institucional, no sentido de preservar a conduta ética dos entrevistados, empresas e instituições envolvidas.

cinema, teatro, lazer". Todas as instituições pesquisadas desenvolvem ação de qualificação profissional para jovens. Três dessas instituições executam ação de apoio à formação do Programa Jovem Aprendiz¹⁷ de responsabilidade do SENAC¹⁸. Apenas em uma das instituições, essa não é a principal atividade, embora seja considerada relevante.

Observa-se também a execução de outros tipos de ações, que ocorrem de forma mais pontual nessas instituições, tais como: a) Fomentar ambiente para leitura em área externa à instituição, em vias públicas; b) Oficinas de fotografia e grafite para adolescentes e jovens; c) Projeto de apadrinhamento das crianças da instituição e organizações comunitárias, no período do natal, por parte dos lojistas ligados à empresa; d) Programa de viagens solidárias – viagens gratuitas para promoção social de outros projetos sociais ou esportivos (na região metropolitana); e) Projeto de geração de renda com costureiras e artesãs da comunidade e inscrição delas como artesãs no Centro de Artesanato de Pernambuco; f) Ação de arte-terapia para adolescentes cumpridores de medidas socioeducativas no Centro de Atendimento Socioeducativo– CASE.

A gente faz um ciclo de compras com elas (mulheres artesãs). Por exemplo, o brinde de dia das mães (da instituição) já há dois anos que é feito por elas. A gente bota uma ideia, pensa um produto, elas confeccionam e vendem para a própria empresa. Então, é um projeto que foi embrionário nosso, mas hoje é um grupo que caminha sozinho, com o apoio da gente (instituição) e (da empresa).

Percebe-se, em duas das instituições, que a compreensão de RSE – por parte da empresa – se vincula a interesses econômicos e de sua imagem. Outras compreendem a ação como questão humanitária e de valores solidários.

Está no DNA¹⁹. Não existe empresa separada dessa responsabilidade. Tanto que todo o térreo do prédio (da empresa) pertence à instituição (executora de RSE), porque, como ele (fundador) diz, é o que dá sustentação à empresa. É uma forma de valorizar, dignificar os lucros, os ganhos, [...] dizer assim, puxa vida, eu não estou ganhando por ganhar, sabe, tem um propósito maior do que simplesmente ganhar dinheiro.

¹⁷A Aprendizagem Profissional é prevista na CLT, na Lei nº. 10.097/2000 e regulamentada pelo Decreto nº. 5.598/2005. Estabelece que todas as empresas de médio e grande porte estão obrigadas a contratar – com contrato especial – como aprendizes, adolescentes e jovens entre 14 e 24 anos e pessoas com deficiência sem limite máximo de idade (www.mte.gov.br).

¹⁸O Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) é o principal agente da educação profissional voltado para o Setor do Comércio de Bens, Serviços e Turismo responsável pela oferta da formação técnica dos jovens aprendizes em nível nacional. Essa formação é exigida pela Lei de Aprendizagem nº 10.097/2000.

¹⁹DNA é um composto orgânico cujas moléculas contêm as instruções genéticas que coordenam o desenvolvimento e funcionamento de todos os seres vivos, e que transmitem as características hereditárias de cada ser vivo. Fonte: site disponível em:<http://pt.wikipedia.org/wiki/%C3%81cido_desoxirribonucleico>.

Outra instituição explicita a compreensão sobre RSE – por parte da empresa – como uma “preocupação com o ser humano”, e também como uma “questão de sobrevivência do negócio” – de modo a considerar complementares essas duas perspectivas.

Os gestores acreditam que as ações de RSE resultem em mudanças na vida dessas crianças, adolescentes e jovens, por vezes, transformações de postura diante de situações vividas com autoconfiança: “Não é só aritmética e gramática não, é atitude. O resto a gente treina bem muito, é fácil. Atitude é mais fundamental, pra tudo”. Nos relatos, é unânime a expressão ‘mudança de vida’, tanto em relação aos jovens quanto nos desdobramentos existentes no ambiente familiar deles.

Um dos gestores considera resultado positivo uma jovem buscar trajetória de formação universitária e carreira profissional a partir da experiência dela na ação oferecida pela instituição: “Uma menina que foi nossa aluna da turma de dança está esperando resultado do vestibular para dança. Então isso pra gente, nossa senhora! paga tudo”.

Encontram-se depoimentos que demonstram haver relação entre os resultados das ações de RSE com as famílias das crianças, adolescentes e jovens atendidos. Quando se oportuniza uma atividade com a qual os jovens se identificam e apreciam, a ação torna-se capaz de beneficiá-los e a suas famílias. “Quando a gente fala de indicador, é uma coisa tão seca, mas são vidas [...] tem cinco irmãos, se você conseguir fazer diferencial em um, com certeza vai impactar os outros quatro”. Relata-se ainda a contribuição para o diálogo familiar e possibilidade de diferentes perspectivas de futuro para o jovem.

A gente tem exemplo de mãe de jovem que diz: a forma, comportamento e maneira do meu filho mudaram totalmente. Ele está mais disciplinado em casa, conversa mais comigo, fala coisas sobre o futuro que antes não falava.

Os gestores explanam a criação de vínculo de afeto, e criação de referências entre integrantes da equipe institucional e as crianças e adolescentes como componente dessa ação. Um deles afirma a importância de ter profissional na equipe habilitado para escutar, conversar e orientar o público atendido, principalmente por estar em faixa etária considerada de “condição peculiar e em desenvolvimento” (BRASIL, 1990). “A gente percebe esse vínculo que se cria com as crianças e adolescentes, dessa afetividade que vai além de uma atividade”. Relata-se também como a relação entre profissionais e beneficiários contribui para o aprendizado desses dois segmentos.

A gente aprende a ser cidadão melhor. Contribui para o crescimento de cada um [...] convive com pessoas que não são do seu meio social, é outra realidade. Então é um aprendizado muito grande, é uma troca. A gente tá ali na função de ensinar alguma

coisa pra eles, mas na realidade, talvez o retorno seja maior ainda, entendeu? a gente é que aprende muito com essa turma.

As principais dificuldades apresentadas, na execução das ações, foram a) inserção de jovens no mercado de trabalho, b) baixa escolaridade e dificuldade na leitura e escrita, por parte dos jovens, c) velocidade lenta do poder público.

Há relatos com evidente teor humanitário, por parte de empresas interessadas em oportunizar acesso a bens socioculturais para crianças, adolescentes e jovens, além de defender seus direitos e dignidade. Por outro ângulo, percebe-se nos depoimentos sobre motivações e resultados das ações o discurso da ineficiência do Estado para justificar a execução de RSE²⁰; o explícito “negócio do social”²¹ através de interesse lucrativo da empresa; e a necessidade de ‘humanizar o capital’ através de “fazer algo para um mundo melhor”. Essa perspectiva de buscar uma melhora e uma mudança possível – em meio à ordem capitalista – estabelece a cultura do *possibilismo*²².

Observa-se que as dificuldades apontadas situam-se em aspectos macro políticos e que estão intrinsecamente relacionadas com o modelo de produção capitalista, a exemplo da inserção no mercado de trabalho. A superação dessas dificuldades pressupõe ultrapassar o modelo de produção vigente, o que não ocorreria a partir ações de responsabilidade social empresarial,

No tocante à parceria e Financiamento, das duas instituições mantidas por centros de compras, uma delas não possui nenhum outro financiador, nem privado, nem público. A outra elabora e encaminha projetos para participação em seleção a partir de editais de financiamento de instituições privadas e públicas. Nesse sentido, já recebeu financiamento público de forma pontual. Ambas recebem contribuições da associação dos lojistas do Centro de Compras do mantenedor, bem como dos próprios lojistas.

Das outras duas instituições, uma tem a empresa como principal fonte financiadora e recebe doações eventuais de empresas parceiras. A outra tem a empresa que a criou como principal mantenedora e atualmente há mais 4 (quatro) empresas para contribuir no financiamento e gestão da instituição. Além dessas 5 (cinco) empresas, há mais duas que fazem doações eventuais. Também já aprovou projeto de duração de um ano, através de concurso de edital para financiamento público.

²⁰ Concepção ideológica implantada pelo modelo neoliberal, para justificar a inserção progressiva da iniciativa privada na execução de ações de responsabilidade do Estado.

²¹ Garcia, 2004.

²² (Petras *apud* Montaño, 2010).

Todas as quatro instituições mantêm parcerias com empresas empregadoras, bem como o Sistema S²³. Uma delas declara não manter nenhum tipo de relação com o poder público. A outra manteve relação através de um financiamento pontual de projeto. A seguinte desenvolve atividades de relação estreita com escolas públicas, havendo, nesse caso, relação com instituições públicas da comunidade do entorno. Apenas uma das instituições declara estabelecer relações de parceria com o poder público no atendimento dos seus beneficiários.

A instituição que declara haver relação com o poder público destaca algumas atividades:

- ❖ Na política de educação, tais como: atividades em parceria com as escolas públicas municipais e estaduais;
- ❖ Na política de saúde, tais como: Articulação com Prosade – Programa de Saúde do Adolescente: encaminhamentos para atendimento psicológico e outras questões de saúde;
- ❖ Na política de assistência social, tais como: articulação com CRAS (Centro de Referência da Assistência Social) e CREAS (Centro de Referência Especializada da Assistência Social): encaminhamentos de casos de violação de direitos das crianças e/ou adolescentes;
- ❖ Na política de economia solidária, tais como: participação no fórum e no conselho de economia solidária do município.

O custo anual declarado pelas instituições varia entre quinze mil até um milhão de reais, aproximadamente. As quatro empresas mantenedoras das ações não recebem incentivo fiscal, por variados motivos. Essa informação coincide com os dados das pesquisas (BRASIL - IBGE/IPEA, 2012) e Censo GIFE (2013), relacionados ao baixo índice de recebimento de isenção fiscal, por parte das empresas.

Também se observam fundamentos conservadores como pilares de sustentação da prática de RSE. Há relato sobre a importância de haver “foco cidadão” na qualificação profissional, mas com conceito de cidadania, apolítico e a-histórico, conforme depoimento: “Prepará-los para o mercado de trabalho, só que com foco cidadão [...] mas claro que com limite. A gente não quer sindicalista, e pode até ser que saia um, mas não é a intenção da gente”. Nesse exemplo, a cidadania se torna restrita à dimensão do comportamento ‘ideal’, em visão conservadora sobre o trabalhador – adequado ao sistema de trabalho.

²³Sesi, Sesc, Senac, Senai, entre outras.

Um aspecto importante a ser destacado é a orientação da ação por parte dos financiadores internacionais. É um exemplo da influência da política internacional – através de variadas organizações – na definição da política econômica e social dos países em desenvolvimento, conforme analisado e observado em situação de financiador definir as diretrizes dos trabalhos que serão financiados, e a instituição executora adequar a sua execução em função da demanda do financiador.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As empresas – através da RSE – cada vez mais assumem funções do Estado, na implementação de políticas sociais, ao executarem práticas assistenciais, de enfrentamento à pobreza, processo esse conceituado de ‘refilantropização’. Constatase uma transformação na oferta dos bens e serviços públicos. Esse processo de mudança tem uma relação inversa às necessidades da população que cada vez mais passa a depender das ações ‘solidaristas’ e das políticas sociais para sobreviver. As demandas por proteção social da população aumentam, mas ao mesmo tempo os investimentos governamentais nos serviços públicos diminuem, produzindo um desmantelamento de parte importante das instituições estatais. A responsabilidade social empresarial torna-se uma das manifestações privadas mais significativas desses conceitos.

As empresas responsáveis por ações sociais de ‘cidadania’ compreendem que estabelecem relações de igualdade, justiça e liberdade. Esse aspecto é perceptível nos testemunhos dessas ações. Nos depoimentos, há uma aparente inexistência de interesses conflituosos. Uma concepção de solidariedade incentivadora de uma cultura de valores altruístas, na qual todos seriam responsáveis por solver as próprias necessidades, de seus vizinhos e comunidade. Mas, a solidariedade praticada sem a obrigação do doador ocasional não constitui direito para quem a recebe. Nesse sentido, o Estado é que deve ter como obrigação garantir e executar as políticas sociais e ações solidárias, para que essas se constituam como direito.

Os rumos que a Responsabilidade Social Empresarial vem trilhando no Brasil demonstram novas nuances para execução de práticas antigas de promoção da assistência social de forma desvinculada dos direitos sociais já garantidos. Dessa forma, dá-se continuidade no histórico processo ideológico de despolitização das organizações e atividades populares. Concorda-se com a ideia de que essa prática compõe a consolidação da hegemonia burguesa na cultura política brasileira²⁴.

²⁴ César, 2008.

Em meio aos aspectos contraditórios dessas ações, esse estudo reconhece verdadeiramente os efeitos significativos na vida cotidiana de parte ou da totalidade²⁵ dos beneficiários dessas ações, embora considere esses efeitos de alcance limitado, pelo fato das instituições executoras não terem o poder universalista do Estado. Concordamos que as ações sociais estejam fundamentadas na permanência e ampliação dos direitos historicamente conquistados e também na publicização e fortalecimento dos espaços reivindicatórios. Essa lógica apresenta-se contrária à transferência das atividades de responsabilidade do Estado para a sociedade civil e para a iniciativa privada. Sobretudo, coloca-se a favor da resistência contra a reforma do Estado e a progressiva reestruturação produtiva – de caráter neoliberal – com seus retrocessos nos direitos sociais.

É necessário que haja uma progressiva e persuasiva participação da sociedade civil no controle social do poder estatal e na campanha pela ampliação dos direitos sociais e trabalhistas – sem que isso signifique um deslocamento da responsabilidade do Estado com a ‘questão social’. Até para que esse Estado possa garantir a universalização e incondicionalidade das políticas sociais – como direitos de cidadania. Por fim, comprehende a formação e a práxis política como fundante no processo de construção de um projeto de sociedade que supere a lógica do capital.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BEGHIN, Nathalie. *A filantropia empresarial: nem caridade nem direito*. São Paulo: Cortez, 2005.
- BEHRING, Elaine Rossetti e BOSCHETTI, Ivanete. *Política Social: fundamentos e história*. In: Biblioteca básica de Serviço Social. 9^a ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- BEHRING, Elaine Rossetti. *Brasil em contra reforma*: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.
- BRASIL. *Lei Federal n. 8069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm>. Acesso em 08 de nov. de 2013.
- _____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
- Ministério de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. Instituto de Pesquisa Econômica aplicada. *As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil*. IBGE, 2012. Disponível em: <<ftp://ftp.ibge.gov.br/Fundacoes%20Privadas%20e%20Associacoes/2010/fasfil.pdf>>. Acesso em: novembro 2013.

²⁵ Não é propósito desse estudo entrar no mérito da avaliação das ações desenvolvidas pelas instituições pesquisadas, junto ao público beneficiário.

- CESAR, M. J. *Empresa-cidadã: uma estratégia de hegemonia*. São Paulo: Cortez, 2008.
- CORREIA, Maria Valéria da Costa. *A relação Estado/Sociedade e o controle social: fundamentos para o debate*. In: Revista Serviço Social e Sociedade. n. 77. São Paulo: Cortez, maço/2004.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- DIAS, Reinaldo. *Responsabilidade social: fundamentos e gestão*. São Paulo: Atlas, 2012.
- FARIA, Alexandre. SAUERBRONN, Fernanda F. *A responsabilidade social é uma questão de estratégia? Uma abordagem crítica*. Revista de administração pública – RAP- Rio de Janeiro 42(1): 07-33, Jan/fev.2008.
- Disponível em:
- <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=3&cad=rja&ved=0CEoQFjAC&url=http%3A%2F%2Fwww.scielo.br%2Fpdf%2Frap%2Fv42n1%2Fa02v42n1.pdf&ei=khB1UpT4MNHlsAS_jICoBA&usg=AFQjCNEhOALB9ND5tdvCuu-5UysWV-RMJQ&bvm=bv.55819444,d.eW0> Acesso em 04 de novembro de 2013.
- GARCIA, Joana. *O negócio do social*. Rio de janeiro: Jorge Zahar,2004.
- GIFE. *Censo GIFE 2009/2010*. São Paulo: Grupo de Institutos, fundações e empresas GIFE, 2010.
- _____. *Censo GIFE 2011/2012*. São Paulo: Grupo de Institutos, fundações e empresas GIFE, 2013.
- GRAMSCI, Antônio, 1891-1937, *Cadernos do cárcere, vol. 3*, edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; coedição Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira – 5^a ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. 18^o ed. São Paulo: Loyola, 2009.
- IAMAMOTO, Marilda Vilela & CARVALHO, Raul de. *Relações Sociais e Serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 29^a ed.-São Paulo: Cortez, 2009.
- IAMAMOTO, Marilda Vilela. *Estado, classes trabalhadoras e política social no Brasil*. In: BOSCHETTI, Ivanete et al. Política social no capitalismo: tendências contemporâneas. 2. ed. – São Paulo: Cortez, 2009.
- ISO 26000. Disponível em:
- <http://www.inmetro.gov.br/qualidade/responsabilidade_social/iso26000.asp>. Acesso em 09 de julho 2013.
- MONTAÑO, Carlos. *Terceiro setor e questão social crítica ao padrão emergente de intervenção social*. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- MONTAÑO, Carlos. DURIGUETTO, Maria Lúcia. *Estado, classe e movimento social*. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- NETTO. *Capitalismo monopolista e serviço social*. 8.ed.- São Paulo. Cortez, 2011.

PACTO GLOBAL. Disponível em:

<<http://www.pactoglobal.org.br/pactoGlobal.aspx>>. Acesso em 10 de julho 2013.

PELIANO, A. M.T. Medeiros (Coord), BEGHIM, Nathalie. *A iniciativa privada e o espírito público: um retrato da ação social das empresas do Nordeste brasileiro*. Brasília: IPEA, 2001.

_____. *A iniciativa privada e o espírito público: um retrato da ação social das empresas no Brasil*. Brasília: IPEA, 2003.

YASBEK, M.C. *Serviço social e pobreza*. Revista katálysis, Florianópolis, vol.13, nº.2, 2010.